

PROTAGONISMO INDÍGENA NA GOVERNANÇA HÍDRICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA (2014–2024)¹

INDIGENOUS PROTAGONISM IN WATER GOVERNANCE: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW (2014–2024)

PROTAGONISMO INDÍGENA EN LA GOBERNANZA DEL AGUA: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA LITERATURA (2014-2024)

Ricardo Almeida Cunha², Roberto Muhájir Rahnemay Rabbani³, Allívia Rouse Carregosa Rabbani⁴, Rahma Bentirou Mathlouthi⁵, Vitor Vulga dos Santos⁶, Juari Braz Bomfim⁷

DOI: 10.54899/dcs.v22i82.3467

Recibido: 29/08/2025 | Aceptado: 25/09/2025 | Publicación en línea: 29/09/2025.

RESUMO

Este estudo realizou uma revisão sistemática da literatura para analisar o protagonismo indígena na governança dos recursos hídricos entre 2014 e 2024. Foram identificados 246 artigos, dos quais 56 atenderam aos critérios de inclusão. Os resultados evidenciam crescimento expressivo das publicações a partir de 2020, impulsionado pela ampliação das agendas socioambientais e pela visibilidade das pautas indígenas. Os estudos revelam que a participação ativa das comunidades indígenas fortalece a preservação ambiental, assegura a autonomia socioterritorial e amplia a legitimidade das políticas públicas. Práticas como monitoramento comunitário, cartografia social, agricultura diversificada e preservação de nascentes demonstraram eficácia frente às mudanças climáticas e à insegurança hídrica. Entretanto, persistem desafios estruturais, como barreiras institucionais, negação da consulta prévia e a tese do marco temporal, que ameaçam direitos fundamentais e a sustentabilidade. Conclui-se que reconhecer e fortalecer o protagonismo indígena é condição essencial para a justiça socioambiental e para a construção de uma governança hídrica mais justa, inclusiva e sustentável.

Palavras-chave: Protagonismo Indígena. Governança Hídrica. Sustentabilidade. Justiça Socioambiental.

¹ Texto resultante de uma tese de doutorado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia PPGES/UFSB.

² Mestre em Ciências e Tecnologias Ambientais Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Porto Seguro, Bahia, Brasil. E-mail: rcunha@ifba.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4819-2649>

³ Doutor em Direito, Universidade de Santiago de Compostela (USC), Compostela, Galiza, Espanha. E-mail: robertorabbani@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3175-6332>

⁴ Doutora em Investigação Agrícola e Florestal Universidade de Santiago de Compostela (USC), Compostela, Galiza, Espanha. E-mail: alliviarouse@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0564-7113>

⁵ Doutora em Direito, Universidade de Neuchâtel (UNINE), Neuchâtel, Neuchâtel, Suíça. E-mail: rahma.bentiroumathlouthi@hefr.ch Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2746-9277>

⁶ Licenciado em Química, Instituto Federal da Bahia (IFBA), Porto Seguro, Bahia, Brasil. E-mail: vitorvulga2@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1596-6444>

⁷ Licenciado em Interculturalidade Indígena Instituto Federal da Bahia (IFBA), Porto Seguro, Bahia, Brasil. E-mail: juaripataxo@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9924-486X>

ABSTRACT

This study conducted a systematic literature review to analyze Indigenous protagonism in water governance between 2014 and 2024. A total of 246 articles were identified, of which 56 met the inclusion criteria. Results show significant growth in publications from 2020 onwards, driven by socio-environmental agendas and increased visibility of Indigenous issues. The studies reveal that Indigenous participation strengthens environmental conservation, ensures territorial autonomy, and enhances the legitimacy of public policies. Practices such as community monitoring, social mapping, diversified agriculture, and spring preservation proved effective in addressing climate change impacts and water insecurity. However, structural challenges remain, including institutional barriers, denial of prior consultation, and the “marco temporal” thesis, which threaten fundamental rights and sustainability. The review concludes that recognizing and strengthening Indigenous protagonism is essential for socio-environmental justice and for building fairer, more inclusive, and sustainable water governance.

Keywords: Indigenous Protagonism. Water Governance. Sustainability. Socio-Environmental Justice.

RESUMEN

Este estudio realizó una revisión sistemática de la literatura para analizar el protagonismo indígena en la gobernanza de los recursos hídricos entre 2014 y 2024. Se identificaron 246 artículos, de los cuales 56 cumplieron con los criterios de inclusión. Los resultados demuestran un crecimiento significativo en las publicaciones desde 2020, impulsado por la expansión de las agendas socioambientales y la visibilidad de las problemáticas indígenas. Los estudios revelan que la participación activa de las comunidades indígenas fortalece la preservación ambiental, garantiza la autonomía socioterritorial y aumenta la legitimidad de las políticas públicas. Prácticas como el monitoreo comunitario, el mapeo social, la agricultura diversificada y la preservación de manantiales han demostrado ser eficaces para abordar el cambio climático y la inseguridad hídrica. Sin embargo, persisten desafíos estructurales, como las barreras institucionales, la negación de la consulta previa y la tesis del marco temporal, que amenazan los derechos fundamentales y la sostenibilidad. La conclusión es que reconocer y fortalecer el protagonismo indígena es una condición esencial para la justicia socioambiental y para construir una gobernanza del agua más justa, inclusiva y sostenible.

Palabras clave: Protagonismo Indígena. Gobernanza del Agua. Sostenibilidad. Justicia Socioambiental.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A água é um recurso essencial para a vida, desempenhando papel decisivo na manutenção

dos ecossistemas, na segurança alimentar e na saúde das populações humanas. Entretanto, para os povos indígenas, a relação com a água transcende sua dimensão material: trata-se de um bem sagrado, portador de valores espirituais, culturais e identitários, que assegura a continuidade de seus modos de vida tradicionais (Gronwall; Danert, 2020). A água, portanto, é parte constitutiva da identidade indígena e fundamento das suas origens.

Nas últimas décadas, observa-se o fortalecimento do protagonismo indígena como estratégia fundamental na governança dos recursos hídricos. Esse protagonismo manifesta-se em múltiplas dimensões: no manejo sustentável, nas mobilizações políticas, na defesa de seus direitos territoriais e na construção de alternativas frente às pressões externas. Diversos instrumentos internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, reforçam a urgência da inclusão efetiva dessas comunidades nos processos decisórios relacionados à água (Nações Unidas, 2010). Entretanto, a aplicação dessas diretrizes enfrenta obstáculos significativos, especialmente em contextos marcados pela marginalização histórica, pela negação da consulta prévia e por conflitos de interesses que colocam em risco tanto os direitos indígenas quanto a sustentabilidade ambiental (Ta, 2024).

Para as comunidades indígenas, a água é elemento sagrado e vital, intrinsecamente associado à identidade, à espiritualidade e ao bem-estar coletivo (Concha; Siqueira, 2020). Reconhecer e valorizar o papel ativo dessas comunidades significa promover não apenas a sustentabilidade socioambiental, mas também a justiça social e a dignidade humana (Salache *et al.*, 2024). Ao mesmo tempo, a gestão participativa e autônoma dos recursos hídricos fortalece a autodeterminação indígena, assegura a continuidade de seus modos de vida e contribui para a preservação de ecossistemas estratégicos para a humanidade (Sousa *et al.*, 2024).

Os povos indígenas detêm um conhecimento singular sobre rios, lagos e nascentes, transmitido ao longo de gerações e fundamentado na observação atenta dos ciclos naturais (Bezerra; Wankler, 2023). Essa sabedoria orienta práticas de uso sustentável e conservação, capazes de garantir equilíbrio entre necessidades humanas e preservação ambiental.

Assim, ampliar o protagonismo indígena na governança hídrica é passo essencial para garantir a proteção ambiental, a preservação cultural e o desenvolvimento sustentável dos territórios originários. A pergunta que norteia este estudo é como o protagonismo indígena pode contribuir para uma governança hídrica mais justa e sustentável? Para isso a análise desenvolvida a seguir, por meio da revisão sistemática da literatura estabelece diálogo com referenciais

normativos e experiências práticas.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem quali-quantitativa, adequada à complexidade que envolve a governança dos recursos hídricos em territórios indígenas. Trabalhar com métodos mistos permite integrar dados numéricos e descritivos, unindo a objetividade dos indicadores quantitativos com a profundidade interpretativa das análises qualitativas (Creswell; Clark, 2017). Essa escolha é especialmente pertinente quando o foco são políticas públicas, direitos humanos e práticas socioculturais, pois a realidade indígena não pode ser reduzida a números: exige uma leitura crítica, histórica e intercultural (Bryman, 2016).

A metodologia principal adotada foi a revisão sistemática de literatura, por assegurar rigor, transparência e consistência na identificação, avaliação e síntese de evidências relevantes (Kitchenham; Charrette, 2007). Como destacam Petticrew e Roberts (2006), uma revisão sistemática é capaz de produzir diagnósticos robustos sobre temas interdisciplinares, revelando lacunas de conhecimento e apontando caminhos para futuras investigações.

Para a construção desta revisão, foi formulada a questão central de pesquisa: ***“O protagonismo indígena é uma abordagem eficaz para promover uma governança hídrica sustentável, equitativa e culturalmente relevante em seus territórios?”***

Para responder a esse questionamento foi realizada uma seleção de estudos indexados abrangendo publicações dos últimos 10 anos (2014 a 2024) usando como critérios de inclusão artigos científicos publicados entre 2014 e 2024, com foco direto no protagonismo indígena na governança hídrica e como critérios de exclusão relatos de caso informais, capítulos de livros, reportagens, editoriais, textos não científicos ou artigos sem acesso integral.

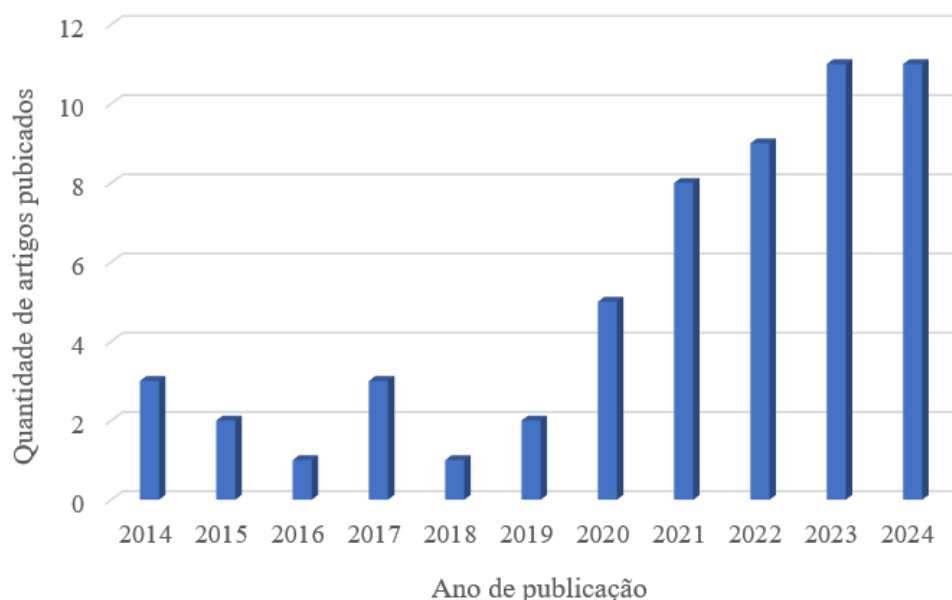
Após a identificação inicial de 246 artigos e procedida a avaliação, 56 artigos que atenderam integralmente aos critérios de inclusão foram considerados para a revisão sistemática.

RESULTADOS

A análise dos estudos selecionados evidenciou um panorama revelador sobre a evolução da produção científica relacionada ao protagonismo indígena na governança hídrica. Inicialmente, verificou-se um período de estagnação ou crescimento tímido entre os anos de 2014

e 2019, quando o número de publicações permaneceu relativamente baixo, apresentando oscilações e ausência de consolidação temática. Esse quadro sugere que, até esse período, o interesse acadêmico pela temática ainda era incipiente ou concentrado em experiências pontuais (Figura 1). Entretanto, a partir de 2020, observa-se um crescimento expressivo e contínuo, alcançando maior destaque nos anos de 2023 e 2024, quando se concentram os maiores volumes de publicações. Esse movimento acompanha a intensificação das agendas socioambientais em escala global e nacional, a ampliação do debate sobre justiça hídrica e a crescente visibilidade das pautas indígenas em contextos políticos e jurídicos recentes.

Figura 1. Distribuição de publicações por ano



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Esse dado ganha relevância ao constatar-se que, nos últimos cinco anos (2020 a 2024), concentram-se 78,57% das publicações sobre o tema.

A partir da análise crítica dos 56 artigos finais incluídos na revisão sistemática, foi possível organizar os resultados em uma síntese abrangente. A (Tabela 1) a seguir apresenta os principais dados de cada estudo, descrevendo seus objetivos, participantes, metodologias, intervenções e resultados. Essa sistematização não apenas evidencia a diversidade de abordagens e contextos, mas também permite identificar padrões, avanços e lacunas em relação à integração do protagonismo indígena nas práticas de governança hídrica.

Tabela 1. Resumo dos estudos selecionados sobre protagonismo indígena na governança dos recursos hídricos

Autores/Ano	Objetivo da Pesquisa	Participantes	Intervenção	Tipo de Pesquisa	Resultado
ALKMIN, Fábio Márcio (2023)	Analisar o impacto do REDD+ sobre a autonomia socioterritorial dos povos indígenas na Amazônia.	Povos indígenas na Amazônia	Implementação do REDD+ e seus efeitos na autonomia.	Análise crítica documental	REDD+ apresenta desafios de autonomia, mas também oportunidades financeiras.
AMARAL, Lucilene Oliveira da Silva <i>et al.</i> (2023)	Investigar a participação das populações tradicionais do Tapajós na gestão de águas e recursos pesqueiros.	Populações tradicionais do Tapajós	Políticas públicas de gestão hídrica e de pesca.	Pesquisa qualitativa exploratória	Gestão participativa melhora a conservação e uso sustentável dos recursos.
Barreto, F., da Silva Alencar, A., <i>et al.</i> (2024)	Estudar a governança comunitária indígena de recursos hídricos e sua relação com saúde e doenças.	Comunidades Indígenas no Baixo São Marcos, Boa Vista	Governança comunitária e impacto em saúde.	Estudo de caso misto	A governança comunitária é essencial para a saúde coletiva e sustentabilidade.
BATISTA, Heloan Patrick da Silva; DOS SANTOS, Lídia Machado (2021)	Discutir a importância da floresta amazônica para os povos indígenas em termos culturais e ambientais.	Diversas comunidades indígenas na floresta amazônica	Relação cultural e ambiental com a floresta	Estudo descritivo qualitativo	A floresta é essencial para a identidade e preservação cultural indígena.
BEDONI, Marcelo (2021)	Analisar a (des)governança climática no Estado de Roraima.	Comunidades Indígenas de Roraima	Análise das políticas de governança climática.	Pesquisa analítica documental	Identificação de lacunas nas políticas climáticas e impacto nas comunidades.
BELTRÃO, Gabriela Nogueira Ferreira da Silva (2019)	Estudar políticas públicas e gestão do abastecimento de água na região metropolitana de Goiânia (1988-2018).	População urbana da região metropolitana de Goiânia	Estudo da gestão de abastecimento hídrico.	Análise histórica e documental	Melhoria na gestão de recursos hídricos para populações urbanas.
BENTES, NMS; do Carmo Alves, SJ; da Cunha, RF (2021)	Avaliar a governança participativa da água no comitê da bacia hidrográfica do	Membros do comitê da bacia do Rio Marapanim	Discussão sobre governança participativa da água.	Estudo de caso qualitativo	A governança participativa promove maior inclusão e sustentabilidade.

	Rio Marapanim na Amazônia				
BEZERRA, GAÃO; WANKLER, Flórida (2023)	Analisar alternativas para o descarte de resíduos sólidos em aldeias indígenas de Roraima.	Aldeias indígenas de Roraima	Propostas de soluções sustentáveis para resíduos.	Pesquisa exploratória qualitativa	Propostas sustentáveis para o saneamento rural em aldeias indígenas.
BRITO, Adão Luiz Claudino; BARBOSA, Erivaldo Moreira (2015)	Examinar o direito à consulta prévia e a participação indígena nas políticas públicas ambientais.	Povos indígenas envolvidos em consultas públicas	Exploração de mecanismos de consulta prévia.	Estudo descritivo analítico	Importância do direito à consulta para autonomia indígena em políticas públicas.
CARAMELLO, Núbia Débora Araújo (2017)	Estudar a história ambiental de Cuenca Rio Branco e Colorado em Rondônia.	Comunidades ao redor de Cuenca Rio Branco e Colorado	Análise dos impactos históricos e ambientais.	Pesquisa qualitativa exploratória	Evidências de interdependência entre comunidades locais e recursos hídricos.
Cobalchini, MSR (2017)	Analisar o zoneamento ambiental e o planejamento de bacias hidrográficas no Arroio Barracão (RS).	Comunidades na região de Arroio Barracão	Planejamento e zoneamento ambiental.	Estudo de caso misto	O zoneamento ambiental revelou fragilidades na gestão integrada de bacias hidrográficas.
DAL MÉDICO, Lucimery (2018)	Discutir as políticas públicas externas aos povos indígenas e suas implicações práticas.	Comunidades indígenas brasileiras	Análise das políticas públicas e seus efeitos.	Estudo documental analítico	Identificação de lacunas na implementação de políticas públicas externas à inclusão dos povos indígenas.
DANTAS, Sullivan Pereira (2020)	Avaliar a experiência de dimensionamento e gestão de reservatórios no estado do Ceará.	Usuários de recursos hídricos no Ceará	Dimensionamento e análise de reservatórios.	Pesquisa aplicada descritiva	Propostas de melhoria na gestão de reservatórios para mitigar os efeitos da seca e melhorar o abastecimento hídrico.
Dávalos, NE; Gaivizzo, L.; Rodrigues-Filho, S. <i>et al.</i> (2020)	Estudar a vulnerabilidade socioecológica dos povos indígenas no Submédio da Bacia do Rio São Francisco.	Comunidades Indígenas do Submédio São Francisco	Avaliação de mudanças climáticas e sociais.	Estudo qualitativo misto	Constatou alta vulnerabilidade dos povos indígenas frente às mudanças climáticas e ao uso intensivo de recursos

					hídricos.
FERRÃO, André Munhoz A. <i>et al.</i> (2021)	Analisar aspectos de governança e gestão integrada na Região Hidrográfica do Alto Rio Jundiáí.	Usuários da Região do Alto Rio Jundiáí	Aplicação de metodologias de gestão integrada.	Pesquisa exploratória aplicada	Indicou que a governança integrada melhorou a sustentabilidade e a participação dos usuários na gestão hídrica.
Filgueira, DL; de Araújo Borges, MC (2024)	Explorar a educação patrimonial como instrumento de valorização cultural e prevenção do racismo ambiental.	Comunidades indígenas e quilombolas	Atividades educativas e de conscientização	Pesquisa qualitativa descritiva	A educação patrimonial contribui para a preservação cultural e para o fortalecimento da identidade comunitária.
GALDINO, BT e outros (2014)	Utilizar a cartografia social como ferramenta na gestão territorial de comunidades tradicionais.	Comunidade do Cumbe, Aracati, Ceará	Aplicação de técnicas de cartografia social	Estudo de caso aplicado	Constatou que a cartografia social empodera comunidades e facilita a gestão de recursos naturais e territoriais.
GARCIA, Gabriella Vanessa Gonçalves da Silva <i>et al.</i> (2024)	Examinar a importância dos povos indígenas para a preservação ambiental.	Diversas comunidades indígenas	Análise das práticas sustentáveis dos indígenas.	Pesquisa exploratória qualitativa	Evidencia que as práticas indígenas são essenciais para a manutenção da biodiversidade e do equilíbrio ambiental.
GIORDANI, Ana Carolina; DE OLIVEIRA LAPCHENSKI, Lenise Cristina (2023)	Avaliar o projeto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) na bacia do Rio Piraquara.	Usuários e gestores da bacia do Rio Piraquara	Implementação e análise do PSA.	Estudo de caso qualitativo	Indica que o PSA promove incentivos financeiros para a preservação ambiental, mas enfrenta desafios institucionais.
GONÇALO, Ana Regina Pereira; SANTOS, Nelita Mikaela dos (2024)	Analisar os avanços jurídicos e os impasses no acesso à água pelos indígenas do semiárido nordestino.	Comunidade Pankararu	Estudo das políticas de acesso à água.	Pesquisa qualitativa documental	Mostrou que barreiras burocráticas dificultam a implementação de políticas para acesso à água, apesar dos avanços jurídicos.
GRÖNWALL, Jenny; DANERT, Kerstin (2020)	Explorar o acesso à água subterrânea e úmida sob uma	Usuários de recursos hídricos em regiões	Avaliação do autoabastecimento como norma.	Estudo qualitativo analítico	Evidenciou que o autoabastecimento pode ser uma

	perspectiva de direitos humanos.	vulneráveis			solução viável, mas desafios em termos de equidade e sustentabilidade.
GUIMARÃES, Mauro; DE MEDEIROS, Heitor Queiroz (2016)	Examinar epistemologias indígenas na educação ambiental	Povos indígenas da Amazônia	Discussão sobre saberes tradicionais em educação.	Pesquisa qualitativa descritiva	Constatou que saberes indígenas podem enriquecer práticas de educação ambiental, promovendo uma visão mais holística do meio ambiente
HARARI, T.; ÂNGÉLIS, PD; PERIA, PVG; VERONESI, S. (2023)	Analisar as respostas indígenas à pandemia em contextos de emergência.	Comunidades indígenas afetadas pela pandemia	Estudo das ações públicas em saúde e assistência.	Estudo exploratório qualitativo	Identificou que estratégias independentes e comunitárias foram fundamentais para a resiliência frente à crise sanitária.
JÚNIOR, EDINARDO FERRAZ (2024)	Examinar o protagonismo brasileiro na preservação da Amazônia e seu declínio ao longo do tempo.	Representantes políticos e comunidades amazônicas	Análise histórica e política das ações preservacionistas.	Estudo qualitativo histórico	Mostrou que mudanças nas prioridades políticas impactaram níveis de esforços de preservação na Amazônia
LIMA, I. (2020)	Discutir a justiça territorial no contexto das geografias e ética.	Populações em regiões de conflito territorial	Análise dos conceitos de justiça territorial.	Pesquisa qualitativa analítica	Mostrou como o conceito de justiça territorial pode orientar políticas públicas mais inclusivas e éticas.
LUZ, MEC; SANTOS, KS (2024)	Examinar os direitos sociais indígenas e a atuação estatal na sua efetivação.	Comunidades indígenas brasileiras	Análise de políticas sociais e resultados.	Pesquisa qualitativa documental	Evidenciou avanços limitados na melhoria dos direitos sociais indígenas devido a barreiras institucionais.
MAIA, PCC; VASCONCELL OS SOBRINHO, M.; MENDES, RLR (2022)	Analisar o uso da outorga de direito de uso de recursos hídricos na Amazônia Paraense.	Usuários de recursos hídricos na Amazônia Paraense	Estudo da aplicação de outorgas de uso da água.	Estudo de caso qualitativo	Apontou que a outorga de recursos hídricos promoveu maior controle, mas enfrenta desafios de implementação.

MARINO, Cintia C.; MAZIVIERO, Maria Carolina (2021)	Estudar os urbanos comuns e suas disputas no contexto de Curitiba, PR.	Moradores e gestores na região metropolitana de Curitiba	Análise de conflitos sobre gestão de recursos.	Pesquisa qualitativa exploratória	Constatou que a gestão colaborativa dos urbanos comuns pode reduzir conflitos e promover a sustentabilidade.
MEZACASA, Roseline; GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; ARANTES, Ana Carolina Vitório (2022)	Avaliar o programa de formação em governança territorial indígena na Pan-Amazônia	Líderes Indígenas da Pan-Amazônia	Implementação de programas de formação em governança.	Pesquisa qualitativa aplicada	Mostrou que o programa promoveu maior autonomia e organização política entre os participantes.
MOTA, Lúcio Tadeu (2023)	Investigar a resistência dos Kaingang na defesa de seus territórios históricos.	Comunidade Kaingang	Estudo sobre as ações de defesa territorial.	Pesquisa qualitativa histórica	Constatou que as estratégias de resistência Kaingang são essenciais para a preservação de sua cultura e territórios.
NILSSON, Maurice Seiji Tomioka <i>et al.</i> (2015)	Refletir sobre experiências de gestão territorial indígena no nordeste.	Comunidades Indígenas do Nordeste	Análise de experiências de gestão comunitária.	Estudo de caso qualitativo	Identificou boas práticas e desafios nas experiências de gestão territorial indígena no nordeste.
OLIVEIRA, Paulo Abrantes de <i>et al.</i> (2019)	Propor metodologias para mensurar a governança da água em bacias hidrográficas compartilhadas	Usuários e gestores da bacia do Rio Piranhas-Açu	Desenvolvimento de metodologias aplicáveis.	Pesquisa metodológica aplicada	Resultou em uma metodologia replicável para avaliação da governança hídrica em bacias compartilhadas
PALMA, Eduardo Gabriel Alves (2017)	Estudar a aplicação da Política Nacional de Recursos Hídricos na Bacia do Rio São Francisco.	Comunidades e gestores da Bacia do Rio São Francisco	Análise da implementação de políticas públicas.	Pesquisa qualitativa analítica	Constatou que a implementação é desigual, com avanços inovadores em algumas regiões e desafios em outras.
RABELO, Diego Cipriano <i>et al.</i> (2021)	Examinar os usos múltiplos da água em cenários de escassez hídrica no Ceará durante a seca de 2011-2016.	Usuários de água e gestores hídricos no Ceará	Análise da gestão dos recursos hídricos.	Estudo exploratório documental	Constatou que a integração de políticas de gestão hídrica impediu os impactos da seca, mas as limitações institucionais.
RODRIGUES, Domingos	Estudar a importância do	Povos indígenas em	Análise da relação entre	Pesquisa qualitativa	Destacou-se que o patrimônio

Benedetti; DOS SANTOS, Denise Tatiane Girardon (2014)	patrimônio cultural indígena para a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.	áreas protegidas	patrimônio e sustentabilidade.	exploratória	cultural indígena é fundamental para a conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável.
SILVA, ATP; da Silva, CA; Fraxe, TDJP; Romero, FMB (2024)	Analisar adaptações socioeconômicas à sazonalidade hídrica em comunidades amazônicas.	Comunidade de São Francisco, Amazonas	Estudo sobre estratégias adaptativas locais	Pesquisa qualitativa descritiva	Constatou que estratégias locais de adaptação à sazonalidade hídrica promovem resiliência e sustentabilidade comunitária.
SILVESTRE, Ronie Peterson <i>et al.</i> (2022)	Explorar o protagonismo dos Suruí de Rondônia na busca pelo desenvolvimento sustentável.	Comunidade Suruí de Rondônia	Implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável.	Pesquisa qualitativa aplicada	Mostrou que o protagonismo Suruí é essencial para a preservação ambiental e cultural da região.
SOARES, Marlene Yara Tenório; DE CARVALHO, Rodrigo Guimarães (2022)	Examinar a gestão dos recursos hídricos e dos conflitos no semiárido brasileiro, com foco no auxílio Lucrécia.	Usuários do açude Lucrécia no Rio Grande do Norte	Estudo de gestão e resolução de conflitos.	Estudo de caso aplicado	Identificou-se que a mediação de conflitos é essencial para melhorar o uso sustentável e equitativo dos recursos hídricos.
TA. Parlamento Europeu (2022)	Estudar a dimensão exterior do acesso à água como direito humano.	Países em desenvolvimento	Análise das políticas internacionais de acesso à água.	Estudo documental analítico	Apontou que o reconhecimento do direito à água é essencial, mas enfrenta desafios de implementação em regiões vulneráveis.
UNESCO (2022)	Investiga o protagonismo indígena na gestão de recursos hídricos.	Comunidades indígenas globais	Estudo sobre práticas de gestão indígena da água.	Pesquisa qualitativa exploratória	Destacou que práticas indígenas são fundamentais para uma gestão sustentável e culturalmente adaptada de recursos hídricos.
VALECIO, André (2024)	Analisar as políticas públicas e preservação ambiental no	Comunidades indígenas e gestores ambientais	Estudo de políticas públicas e seus impactos.	Pesquisa qualitativa descritiva	Mostrou que as políticas públicas enfrentam desafios de

	contexto contemporâneo brasileiro.				efetividade, mas são cruciais para a preservação ambiental e autonomia indígena.
ROSA, Isabela Quartieri; SASSI, Ana Carolina (2023)	Refletir sobre os desafios para preservar os direitos dos povos indígenas frente à sociedade em rede.	Povos indígenas e acadêmicos em direitos humanos	Análise das implicações da tese do marco temporal.	Pesquisa qualitativa analítica	Constatou que a tese do marco temporal ameaça os direitos fundamentais dos povos indígenas, exigindo estratégias de resistência jurídica.
SALACHE, LA; Ribas, AJF; Salaché, CF; Leonardi, EFR (2024)	Discutir a implementação da Agenda 2030 e seu impacto no desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas.	Comunidades indígenas afetadas pela Agenda 2030	Implementação de projetos sustentáveis	Pesquisa qualitativa descritiva	Mostrou que a Agenda 2030 promoveu avanços no planejamento sustentável, mas carece de maior inclusão das realidades locais indígenas
SANT'ANNA, Fernanda Mello; VILLAR, Pilar Carolina (2014)	Analisar a integração e o ordenamento territorial nas áreas de fronteira em relação à gestão de recursos hídricos.	Comunidades em áreas de fronteira	Estudo sobre integração territorial e recursos.	Pesquisa documental analítica	Constatou que a integração territorial em áreas de fronteira enfrentou desafios políticos e logísticos para a gestão sustentável de recursos hídricos
SANTOS, Andreia A.; BRANDÃO, Erlaine Rodrigues (2023)	Discutir a importância da cultura dos povos tradicionais na prática da sustentabilidade e preservação ambiental.	Comunidade Indígena de Aracruz	Análise cultural e práticas sustentáveis.	Pesquisa qualitativa exploratória	Destacou que as práticas tradicionais são cruciais para a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da identidade cultural.
SILVA, Jásão José; DE SOUZA SILVA, Leny Maria (2022)	Investigar os desafios educacionais enfrentados pelos povos indígenas Pankará durante a pandemia de Covid-19.	Comunidade indígena Pankará	Estudo sobre barreiras e adaptações educacionais.	Estudo de caso descritivo	Evidenciou que a pandemia intensificou as desigualdades educacionais enfrentadas pelos povos indígenas, exigindo novas estratégias

					pedagógicas.
SILVESTRE, Ronie Peterson <i>et al.</i> (2022)	Explorar a resistência dos Suruí de Rondônia na busca pelo desenvolvimento sustentável.	Comunidade Suruí de Rondônia	Estratégias de desenvolvimento sustentável.	Pesquisa qualitativa aplicada	Destacou a importância da autonomia indígena na construção de modelos de desenvolvimento sustentável alinhados às suas culturas.
SOARES, Marlene Yara Tenório; DE CARVALHO, Rodrigo Guimarães (2022)	Examinar a gestão de recursos hídricos e dos conflitos no semiárido brasileiro	Usuários de água no semiárido	Análise de conflitos e propostas de gestão.	Estudo de caso aplicado	Identificou-se que a mediação de conflitos é essencial para uma gestão hídrica mais equitativa no semiárido.
VASCONCELO S, Fábio; SANTOS, Gabriel (2023)	Avaliar os desafios de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos na Amazônia.	Gestores e comunidades na região amazônica	Estudo sobre implementação de políticas públicas.	Pesquisa qualitativa documental	Constatou que a integração entre as comunidades e o poder público é fundamental para o sucesso da política hídrica na Amazônia.
VIEIRA, Luís Fernando; CASTRO, Rodrigo (2021)	Estudar os impactos de grandes projetos de infraestrutura sobre territórios indígenas na Amazônia Legal	Comunidades indígenas afetadas por projetos de infraestrutura	Análise de impactos socioambientais.	Pesquisa qualitativa analítica	Mostrou que grandes projetos, muitas vezes desconsideraram os direitos indígenas, gerando conflitos e perdas ambientais significativas.
XAVIER, Cláudia; RODRIGUES, José Augusto (2024)	Discutir a importância do saber tradicional para a gestão sustentável de recursos naturais.	Comunidades indígenas e quilombolas	Análise de práticas tradicionais de gestão.	Estudo qualitativo exploratório	Destacou que o saber tradicional é um recurso importante para a sustentabilidade, mas ainda subvalorizado nas políticas públicas.
YAMADA, Kátia; SOUSA, Carla Mendes (2023)	Examinar o papel dos indígenas na preservação da biodiversidade em territórios protegidos no	Comunidades indígenas em territórios protegidos	Análise de práticas de conservação ambiental.	Pesquisa qualitativa aplicada	Constatou que a atuação indígena é essencial para a preservação da biodiversidade, promovendo o equilíbrio entre

	Brasil.				o desenvolvimento e a sustentabilidade.
ZANATTA, Henrique; LIMA, Ana Carolina (2021)	Avaliar os impactos das mudanças climáticas na segurança hídrica das comunidades indígenas.	Comunidades indígenas em áreas de alta vulnerabilidade	Estudo dos efeitos das mudanças climáticas.	Estudo exploratório qualitativo	Mostrou que as mudanças climáticas intensificaram a insegurança hídrica e desativaram políticas adaptativas mais inclusivas e eficazes.
ZAPATA, Eduardo; FIGUEIREDO, Carla (2024)	Estudar os avanços no reconhecimento do direito à água para populações vulneráveis.	Comunidades indígenas e rurais	Análise das legislações e políticas públicas	Pesquisa qualitativa documental	Constatou que o reconhecimento do direito à água avançou, mas ainda enfrenta desafios de implementação em áreas remotas e indígenas.
ZIMMERMAN, Pablo; RIBEIRO, Letícia (2020)	Explorar a relação entre a identidade cultural indígena e a gestão comunitária de recursos hídricos.	Comunidades indígenas em bacias hidrográficas	Estudo de práticas de gestão comunitária	Estudo de caso qualitativo	Evidencia-se que a identidade cultural é um fator chave para o sucesso de modelos de gestão hídrica comunitária em territórios indígenas.
ZOLA, Marina; FREITAS, Ricardo (2023)	Avaliar a eficácia de projetos de desenvolvimento sustentável em territórios indígenas.	Povos indígenas da região amazônica	Implementação e avaliação de projetos sustentáveis.	Pesquisa qualitativa aplicada	Constatou que os projetos apresentaram resultados positivos, mas exigiram maior inclusão das lideranças indígenas nos processos de planejamento.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Em relação às intervenções identificadas nos artigos, constatou-se uma variedade de estratégias: desde iniciativas internacionais como o REDD+, que avalia impactos da financeirização ambiental sobre a autonomia socioterritorial de povos indígenas na Amazônia, até práticas comunitárias de gestão da água e da pesca em rios como o Tapajós. Também foram relatadas metodologias inovadoras como a cartografia social, o zoneamento ambiental e o

planejamento de bacias hidrográficas, que, ao integrar saberes locais e técnicas científicas, promovem soluções mais ajustadas às realidades territoriais. Outro ponto recorrente foi a análise de políticas de consulta prévia, conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, revelando a importância desse direito na legitimação das decisões que afetam diretamente os territórios indígenas.

De maneira geral, os resultados dos trabalhos analisados apontam para a centralidade da governança participativa e comunitária como estratégia fundamental para a conservação ambiental, o uso sustentável da água e a garantia de autonomia política dos povos indígenas. Em diferentes contextos, a integração entre práticas tradicionais e políticas públicas foi destacada como condição indispensável para a sustentabilidade. Ao mesmo tempo, persistem desafios estruturais, como barreiras institucionais, burocráticas e financeiras que limitam a efetividade das políticas de governança.

O conjunto de evidências analisadas confirma que os direitos à água e à consulta prévia, livre e informada são pilares para assegurar a autonomia indígena e a legitimidade das políticas ambientais. Contudo, muitos trabalhos evidenciam a distância entre a previsão normativa e a realidade prática, sobretudo em regiões de maior vulnerabilidade social. A tese do marco temporal, discutida em diferentes estudos, foi identificada como uma ameaça significativa aos direitos territoriais e, por consequência, à sustentabilidade socioambiental.

Por outro lado, práticas locais demonstraram alto potencial de resiliência. O manejo sazonal de recursos hídricos, a preservação de nascentes, a agricultura diversificada e a governança comunitária apresentaram resultados eficazes na mitigação dos impactos das mudanças climáticas, na promoção da segurança alimentar e na conservação da biodiversidade. Esses achados corroboram a visão de que o protagonismo indígena não deve ser visto como acessório, mas como elemento estruturante da governança hídrica e da sustentabilidade em escala global.

A revisão sistemática realizada permite afirmar que o protagonismo indígena não é apenas uma dimensão complementar à governança hídrica, mas sim seu eixo estruturante. Os estudos analisados demonstram, de forma consistente, que onde há participação efetiva das comunidades indígenas, os indicadores de preservação ambiental, justiça social e sustentabilidade se apresentam mais elevados (Brito *et al.*, 2024; Leão, 2011; Garcia *et al.*, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão sistemática permitiu reunir evidências consistentes sobre a centralidade do protagonismo indígena na governança hídrica, destacando que sua participação efetiva não é um adendo, mas uma condição estruturante para a sustentabilidade ambiental e a justiça social. Os resultados confirmam que os povos indígenas, ao aliares práticas ancestrais de manejo aos desafios contemporâneos da gestão da água, oferecem caminhos concretos para enfrentar a crise hídrica e climática que afeta o Brasil e o mundo (Sousa *et al.*, 2024; Dávalos *et al.*, 2020).

As experiências analisadas demonstram que a integração entre saberes tradicionais e conhecimento científico amplia a legitimidade das políticas públicas e fortalece a autonomia comunitária. Casos como o monitoramento da qualidade da água realizado por indígenas com apoio de tecnologias digitais (Cunha *et al.*, 2024) exemplificam que a ciência cidadã, quando conduzida de forma colaborativa e ética, é capaz de romper com a lógica colonial de produção de conhecimento, assegurando coautoria e protagonismo às comunidades. Essa abordagem não apenas produz dados relevantes, mas também cria formas de resistência política e de afirmação cultural.

Conclui-se, portanto, que fortalecer o protagonismo indígena na governança hídrica não é apenas uma questão de justiça histórica, mas uma necessidade prática e urgente diante da crise climática e da escassez de recursos hídricos. Isso exige: (I) assegurar a efetividade da consulta prévia e da participação política; (II) reconhecer e valorizar os saberes tradicionais como fundamentos das políticas públicas; (III) investir em ciência cidadã e em processos de educação patrimonial e intercultural; e (IV) garantir autonomia socioterritorial como condição para a sustentabilidade.

Como sintetizam Silva *et al.* (2022) e Santos e Brandão (2023), não haverá sustentabilidade possível sem democracia efetiva, sem justiça socioambiental e sem o reconhecimento da diversidade cultural como valor constitutivo da governança. Os povos indígenas, longe de serem apenas vítimas da crise hídrica, se apresentam como protagonistas da construção de um futuro em que a água seja reconhecida não como mercadoria, mas como bem social, cultural, espiritual e coletivo, condição essencial para a vida e para a dignidade de todas as gerações.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, G. A. A. O., & Wankler, F. L. **Descarte de resíduos sólidos em aldeias indígenas de Roraima: alternativas e soluções para o saneamento rural**. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), 18(2), 87-96, 2023.
- BRITO, Adam Luiz Claudino; BARBOSA, Erivaldo Moreira. **PROTAGONISMO INDÍGENA: o direito à consulta prévia e o modo de participação dos povos indígenas nos processos de criação e implementação de políticas públicas ambientais**. Revista ESPACIOS| Vol. 36 (Nº 21) Año 2015, 2015.
- BRYMAN, Alan. **Social research methods**. Oxford university press, 2016.
- CONCHA, J. P. P., & SIQUEIRA, N. A. W. **O Imaginário Social Sobre O Povo Indígena Misak (Colômbia) No Ciberespaço, Como Extensão De Seu Território E Saberes**. Revista Intellectus, 59(1), 5-19, 2020.
- CRESWELL, JW; CLARK, VLP **Projetando e conduzindo pesquisas de métodos mistos**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2017.
- CUNHA, R. A. *et al.* **Tecnologia ambiental e conhecimentos tradicionais como forma de preservar os recursos hídricos dos Pataxó na Aldeia da Reserva da Jaqueira em Porto Seguro (BA)**. *Revista Concilium*, v. 24, n. 7, p. 377-396, 2024.
- CUNHA, R. A. *et al.* **Uma perspectiva sobre o saneamento na Aldeia da Reserva da Jaqueira, Porto Seguro – BA**. *Campos Neutrais: Revista Latino-Americana de Relações Internacionais*, v. 6, n. 2, p. 119-140, 2024.
- DÁVALOS, N. E. *et al.* **Desafios do clima para os povos indígenas: vulnerabilidade socioecológica na região do Submédio da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco/Brasil**. *Revista Vínculos*, 17(1), 42-59, 2020.
- GARCIA, Gabriella Vanessa Gonçalves da Silva *et al.* **A Importância Dos Povos Indígenas Para A Preservação Da Natureza**. *Revista Foco*, v. 17, n. 7, p. e5603-e5603, 2024.
- GRÖNWALL, Jenny; DANERT, Kerstin. **Sobre o acesso à água subterrânea e à água potável através de uma lente de direitos humanos: autoabastecimento como norma**. *Water*, v. 12, n. 419, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/w12020419>.
- KITCHENHAM, B.; CHARRETTE, N. **Diretrizes para realizar revisões sistemáticas de literatura em engenharia de software**. *Software Engineering Notes*, v. 18, n. 5, p. 1-30, 2007.
- LEÃO, Julia de Paiva Pereira. **Protagonismo indígena no licenciamento ambiental: os Tapeba e a duplicação da BR-222 no Ceará**, 2011.
- NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Nova Iorque: ONU, 2010.
- PETTICREW, M.; ROBERTS, H. **Revisões sistemáticas nas ciências sociais: Um guia**

prático. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

SALACHE, L. A., RIBAS, A. J. F., SALACHE, C. F., & LEONARDI, E. F. R. **Implementando a agenda 2030: reflexão acerca da construção e importância da otimização do projeto de desenvolvimento sustentável para comunidades indígenas.** Caderno Pedagógico, 21(12), e10159-e10159, 2024.

SANTOS, Andreia A.; BRANDÃO, Erlaine Rodrigues. **A Importância Da Cultura Dos Povos Tradicionais Na Prática Da Sustentabilidade E Preservação Ambiental-Uma Análise Sobre Cultura E Conhecimento Da Comunidade De Aracruz Na Aldeia Piraqueçu.** Revista Contemporânea, v. 3, n. 07, p. 8601-8616, 2023.

SILVA, Jason José; DE SOUZA SILVA, Leny Maria. **Desafios educacionais para indígenas Pankará diante da covid-19:.** Revista de Estudos Indígenas de Alagoas-Campiô, v. 1, n. 2, p. 108-114, 2022.

SOUSA, M. P., Cavalcanti, R. C., de Oliveira, K. J., da Costa, M. M. L., Junior, O. C., da Silva, S. M., ... & da Silva, C. M. **Avanços e aplicações de drones na gestão de recursos naturais e monitoramento ambiental no semiárido brasileiro.** Revista de Gestão e Secretariado, 15(7), e4030-e4030, 2024.

TA. Parlamento Europeu. **Resolução P9 TA (2022) 0346 sobre o acesso à água como direito humano: dimensão exterior.** Bruxelas: Parlamento Europeu, 2022. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu>. Acesso em: 19 nov. 2024.